

O abuso sexual de crianças na Igreja Católica na Irlanda

Resumo

Os maus tratos graves, incluindo os abusos sexuais prolongados, têm sido frequentes nas instituições católicas de crianças da Irlanda. Milhares de crianças afetadas não puderam escapar nem se queixar e, durante muitos anos, não puderam exprimir-se devido ao estigma. Quase duas décadas após o encerramento da última instituição, uma longa campanha liderada por sobreviventes que trabalhavam com jornalistas levou à atenção do público a escala maciça do problema através de uma série de documentários chocantes na rádio e televisão. Tal teve por consequência um pedido de desculpas completo do Estado, provocou a realização de um grande inquérito que durou dez anos e à reparação financeira para os sobreviventes. A Irlanda tornou-se um exemplo que inspirou muitos outros inquéritos sobre o abuso de crianças e adolescentes a nível mundial. Apesar disso, as ordens católicas responsáveis pelos abusos nas instituições irlandesas resistiram repetidamente à responsabilização e têm ainda de pagar a sua parte acordada dos custos de compensação no fundo governamental.

Contexto

O abuso físico, emocional e sexual e a negligência severa têm sido endêmicos nas instituições residenciais católicas irlandesas para crianças. Desde meados do século XIX, milhares de crianças foram retiradas das suas famílias e colocadas em "escolas industriais", reformatórios, orfanatos e lares. As escolas industriais, por exemplo, foram criadas ao abrigo da *Industrial Schools Act* de 1868 para abrigar "crianças negligenciadas, órfãs e abandonadas", vistas como uma ameaça para a ordem social. Cerca de [170.000 crianças foram colocadas em instituições](#) durante o século XX, claramente por razões de pobreza, saúde precária dos pais, nascimento fora do casamento, monoparentalidade e rutura familiar.¹ Estas eram quase exclusivamente instituições religiosas e escaparam em grande parte à responsabilidade devido à influência da Igreja Católica sobre o governo, bem como a uma cultura constitucional de longa data que proibia a interferência do Estado nos assuntos da Igreja.²

Estas instituições estavam tipicamente superlotadas, proporcionavam pouca ou má educação e eram repletas de negligência e crueldade, em grande parte isoladas do mundo exterior. Em 1970, uma investigação independente sobre a adequação das instituições residenciais irlandesas para crianças produziu o chamado "Relatório Kennedy", que

¹ *Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice*, Suellen Murray, Bristol Policy Press, 2015, p. 15.

² "In Plain Sight: Responding to the Ferns, Ryan, Murphy and Cloyne Reports", Amnistia Internacional, p. 107. https://www.atlanticphilanthropies.org/wp-content/uploads/2016/04/report_in_plain_sight.pdf

encontrou condições tão terríveis que duas instituições foram imediatamente encerradas.³ No entanto, foram necessários mais 20 anos para que a extensão do abuso a nível nacional viesse a lume.

Christine Buckley

Apesar da escala maciça de maus-tratos, muitos adultos que sofreram abusos institucionais enquanto crianças temeram vir a público pelo estigma que o abuso de crianças acarreta, enquanto outros sentiram que ninguém acreditaria neles. Christine Buckley esteve entre as primeiras sobreviventes a falar e o seu testemunho chocou o público irlandês.

Christine nasceu em Dublin depois de um caso entre uma mulher casada de 31 anos e um estudante de medicina nigeriano de 20 anos. Com três semanas de idade, foi colocada em famílias de acolhimento e, em 1950, aos quatro anos de idade, foi enviada para o orfanato Goldenbridge, uma instituição católica dirigida pelas Irmãs da Misericórdia.

As freiras da Goldenbridge governaram a instituição em terror contínuo, infligindo abusos e crueldade chocantes às crianças a seu cuidado. Chamavam as crianças pelo número, não pelo nome. Christine, conhecida como 89, foi, a dada altura, tão maltratada que a sua perna precisou de 100 pontos. Numa outra ocasião, caiu uma chaleira de água a ferver sobre a sua coxa.

Muito depois de deixar Goldenbridge, aos 37 anos de idade, Christine finalmente localizou a mãe, que se recusou a devolver o contacto. O pai na Nigéria, contudo, devolveu a sua carta, começando com as palavras: "*Dear Daughter...* (Querida Filha...)". Quando o pai de Christine visitou a Irlanda, em 1992, contactou um velho amigo universitário, Al Byrne, irmão do radialista Gay Byrne, que se interessou pelo caso de Christine. Christine foi convidada para o *The Gay Byrne Show* da Rádio RTÉ para contar a sua história, após o que foi contactada por milhares de ouvintes, partilhando histórias semelhantes de abusos graves em instituições católicas ou pedindo ajuda para localizar os seus pais.

Na altura, Christine era quase uma voz solitária em busca de justiça para si própria, mas cedo percebeu que também estava a lutar por milhares de outros sobreviventes. O seu marido, Dónal, [referiu posteriormente](#): "Ela sofreu muito lá. A forma como ela recordou esse sofrimento, a forma como o explicou tocou muitas pessoas que tinham estado na mesma situação e, depois, abriram os corações"

Em 1996, Christine relatou as suas memórias de Goldenbridge num documentário dramático para RTÉ, a emissora nacional de televisão e rádio da Irlanda. *Querida Filha* foi a primeira exposição televisiva dos abusos que as crianças sofreram nas escolas industriais

³ "Models of Compensation: Ireland – the Compensatory Advisory Committee, the Commission To Inquire Into Child Abuse and the Residential Institutions Redress Board", p. 1. Apresentado na New South Wales Community Legal Centres State Conference, Sydney, 7-9 de abril de 2008.

irlandesas. Seguidamente, o realizador do filme desenvolveu o programa numa série para contar as histórias de outros sobreviventes. Essa série, e uma série de outros documentários ao longo dos anos seguintes,⁴ ajudou a empurrar a verdade para as primeiras páginas dos jornais e a atrair a atenção do público a nível nacional.

Dear Daughter [utilizou dramatizações](#) para retratar o regime de Goldenbridge. Um sobrevivente contou ter partido acidentalmente uma estátua da Virgem Maria enquanto brincava. O seu castigo foi ficar de pé durante a noite, adotando a pose de Maria. Os espancamentos, escaldamentos e bebês amarrados a bacias eram difíceis de ver, mas *Dear Daughter* atraiu uma enorme audiência. Christine [disse](#) que, apesar das "negações ou demissões por parte dos religiosos e dos seus apologistas no mundo leigo, bem como de elementos nos meios de comunicação social", em geral, os telespectadores simpatizavam com os sobreviventes e as suas histórias.

Pressão para pedido de desculpas e inquérito público

Christine procurou a ajuda dos principais partidos políticos em nome dos sobreviventes que a tinham contactado. "Os meus pedidos iam desde exigir um inquérito até descobrir o que se passava e porquê, nessas instituições - bem como a prestação de aconselhamento e formação às vítimas de abuso", [recordou](#) mais tarde. Em 1995, Christine contactou Bertie Ahern, então líder da oposição, cujo círculo eleitoral incluía, aliás, o orfanato Goldenbridge onde Christine cresceu.

No início de 1999, por frustração com as repetidas respostas "apenas com uma linha" dos políticos, Christine [encontrou-se](#) com um grupo de outros sobreviventes com o então ministro da educação, Micheál Martin. Numa segunda reunião com o ministro, reuniram também com Bertie Ahern, até então o Taoiseach (Primeiro-Ministro), que partilhou o seu plano para um pedido de desculpas público e um inquérito nacional.

Entretanto, um outro documentário da RTÉ, *States of Fear*, expôs o abuso noutras instituições infantis. O documentário trouxe o debate sobre abusos institucionais ao auge da atenção em todo o país.

A 11 de maio de 1999, Bertie Ahern pediu desculpa em nome do povo irlandês a todos aqueles que tinham passado a sua infância em instituições residenciais geridas por organizações religiosas e criou a *Commission to Inquire into Child Abuse* (Comissão de Inquérito sobre Abuso de Crianças). O pedido de desculpas foi específico, identificou

⁴ Por exemplo, em 2002, a BBC emitiu um documentário intitulado *Suing the Pope*, que incluía o testemunho de Colm O'Gorman, abusado quando adolescente pelo Frei Seán Fortune na diocese de Ferns. Pouco depois do documentário, O'Gorman encontrou-se com o então ministro da saúde Micheál Martin, após o qual foi estabelecido um inquérito para investigar a forma como as alegações de abuso sexual de crianças pelo clero foram tratadas tanto pelas autoridades eclesiais como estatais na diocese de Ferns entre 1962 e 2002. No mesmo ano, outro documentário, *Cardinal Secrets*, investigou o tratamento de alegações de abuso sexual de crianças na Arquidiocese de Dublin. Depois, o ministro da justiça, Michael McDowell, classificou o programa como "profundamente perturbador" e um inquérito subsequente confirmou que, de 1974 a 2004, o abuso sexual de crianças foi amplamente divulgado na Arquidiocese.

claramente os danos causados, reconheceu o fracasso da responsabilidade e ofereceu compensação significativa. Bertie Ahern [recordou](#): "O pedido de desculpas, na minha opinião, era absolutamente necessário. Estas pessoas, as suas vidas tinham sido arruinadas [...] e não era preciso ser educado ou qualificado em nenhuma das ciências para ver que estas pessoas tinham sido destruídas pelos traumas que tinham sofrido"

Rapidamente, se seguiu o *Statute of Limitations (Amendment) Act* (Lei do Estatuto das Limitações (Alteração) de 2000), alterando a legislação retrospectivamente para facilitar o litígio de casos históricos. Reconhecendo que um sobrevivente de abuso sexual de crianças é frequentemente incapaz de falar durante muitos anos, a alteração flexibilizou o limite habitual de três anos para pedir indemnização nos casos em que o abuso de uma criança tenha provocado danos pessoais.

Após o pedido de desculpas, grupos como *One in Four, Irish Survivors of Child Abuse* e o *Aislinn Centre* (fundado por Christine Buckley) fizeram uma campanha vigorosa para que o governo tomasse medidas. Christine estabeleceu uma rede de sobreviventes que continuavam a bater às portas até serem ouvidos.⁵ Para além de fazerem pressão junto do governo e dos políticos, os sobreviventes de abusos começaram a litigar contra os autores, o Departamento de Educação e as ordens religiosas.⁶

Inquérito público

Criado ao abrigo da Comissão de Inquérito à Lei sobre o Abuso de Menores de 2000, o novo inquérito público independente deu início a uma extensa investigação sobre os abusos na prestação de cuidados ao longo de grande parte do século XX. Foram examinadas quatro áreas de abuso - abuso físico, sexual e emocional, bem como negligência e o inquérito foi uma oportunidade para os sobreviventes contarem a sua história.

Embora a Comissão tenha suscitado algumas críticas, tornou-se, no entanto, um dos inquéritos mais significativos sobre o abuso de crianças a nível mundial.⁷ Foi o primeiro inquérito do seu género com um objetivo terapêutico - e não apenas de recolha de factos. Uma subcomissão da Comissão, A Comissão Confidencial, ouviu 1.090 testemunhos, principalmente nos seus anos 50, 60 e 70, que falaram confidencialmente e não foram interrogadas.⁸ Outra subcomissão, a Comissão de Investigação, recolheu provas e deliberou sobre casos de abuso de crianças. Os sobreviventes de [215 instituições dirigidas pela Igreja](#) relataram que as suas vidas adultas tinham sido arruinadas por memórias de abuso na infância. Revelaram relações perturbadas e perda de contacto com as suas

⁵ *Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice*, Suellen Murray, Bristol Policy Press, 2015, p. 186.

⁶ Louise O'Keefe tornou-se uma das principais defensoras da lei que pedia reparação por abusos sexuais cometidos nas escolas religiosas. Pode ler um caso prático da sua batalha jurídica que levou 16 anos: <https://archive.crin.org/en/library/publications/ireland-nothing-going-change-past-we-can-protect-children-future-0.html>.

⁷ "Remaking collective knowledge: An analysis of the complex and multiple effects of inquiries into historical institutional child abuse", Katie Wright, *Child Abuse & Neglect*, Volume 74, dezembro de 2017, pp. 10-22. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213417303198>

⁸ *Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice*, Suellen Murray, Bristol Policy Press, 2015, p. 52.

famílias, dificuldades parentais e vidas marcadas pela pobreza, isolamento social, alcoolismo, doenças mentais, comportamento agressivo e autoflagelação.⁹ A escala e a gravidade do abuso tornaram os objetivos terapêuticos da Comissão algo superficiais e ingênuos, mas o modelo de audição dos testemunhos dos sobreviventes moldou a abordagem nos inquéritos subsequentes a nível internacional.

As instituições católicas foram evasivas, resistindo inicialmente aos apelos para apresentarem as suas provas. Após dois anos, a *Christian Brothers*, o maior prestador de cuidados residenciais para rapazes, revelou, numa audiência pública, que o seu arquivo em Roma continha provas de [30 julgamentos canónicos](#) do clero masculino, com base em incidentes comprovados de abuso sexual sobre crianças ao seu cuidado a partir da década de 1930. Seán Ryan, presidente da Comissão, [recorda](#):

"Adotaram uma postura defensiva muito agressiva... Teria sido mais fácil se tivessem dito: "Sabemos que estas instituições eram abusadoras, sabemos que não podiam funcionar." Lembro-me certamente de um caso em que estariam a escrever [...] ao superior em Itália e ele responderia sobre 'o problema habitual'".

Quando o inquérito terminou, a Comissão tinha investigado instituições residenciais geridas por 18 organizações religiosas entre meados dos anos 30 e os anos 70. A Comissão [constatou que o clero católico tinha, durante décadas, aterrorizado](#) milhares de rapazes e raparigas em instituições, com práticas que incluíam espancamentos crónicos, violação e humilhação e que os inspetores governamentais não conseguiram pôr fim aos abusos.

Foram dirigidas mais alegações contra os *Christian Brothers* do que todas as outras ordens combinadas. A Comissão [constatou](#) que o abuso sexual, normalmente associado à violência física, incluía "inspeção dos genitais, beijos, carícias dos genitais, masturbação de testemunhas pelo abusador e vice-versa, relações sexuais orais, violação e violação em grupo". Quando confrontadas com provas de abuso sexual, a resposta típica das autoridades religiosas foi transferir o agressor para outro local, onde era livre para voltar a abusar. As raparigas supervisionadas por ordens de freiras, principalmente as *Sisters of Mercy*, sofreram menos abusos sexuais, mas sofreram agressões e crueldades graves e generalizadas. O abuso emocional prevalente também foi registado no relatório.

Dez anos após a instituição da Comissão, o seu [relatório final](#), conhecido como o Relatório Ryan, chegou a 2.600 páginas e fez 20 recomendações, todas elas aceites pelo governo irlandês. Os *Christian Brothers* apresentaram, seguidamente, um pedido de desculpas aos sobreviventes, mas evitaram a menção de indemnização. Seán Ryan [recorda](#): "Para qualquer pessoa que soubesse alguma coisa sobre palavras, foi óbvio que [o pedido de desculpas] foi escrito por um advogado... Foi concebido para não dizer nada."

Reparações

⁹ Ibid, p. 27.

A *Residential Institutions Redress Act* (Lei de Reparação de Instituições Residenciais) (2002) começou a incorporar as recomendações da Comissão, estabelecendo a *Residential Institutions Redress Board* (Comissão de Reparação das Instituições Residenciais) (RIRB) para avaliar os pedidos de "compensações justas e razoáveis" para os sobreviventes de abusos institucionais. Quando as provas de danos preenchem critérios de plausibilidade livres, a RIRB concedia uma indemnização sem interrogatório; outras reivindicações (33% do total) procederam a uma audiência probatória quase-judicial.¹⁰ As indemnizações eram calculadas com base na gravidade do abuso - abuso sexual, físico, emocional e negligência dolosa - e a gravidade do dano resultante do abuso. Este último foi entendido como significando doença física ou psiquiátrica e efeitos psicossociais, tais como problemas de ligação familiar, abuso de substâncias ou perda de oportunidades.¹¹ Os autores dos pedidos à RIRB beneficiaram de um apoio abrangente, incluindo apoio jurídico, pesquisa de registos e aconselhamento. As organizações lideradas por sobreviventes, tais como o Aislinn Centre, Right of Place e a One in Four, também ofereceram apoio específico aos sobreviventes. O esquema de reparação foi amplamente publicitado em revistas, jornais, televisão e rádio.

Em 2014, o esquema de reparação tinha atribuído indemnizações a 15.579 pessoas, recebendo cada uma delas uma média de 62.250 euros, com um custo total de 1,5 mil milhões de euros.¹² O financiamento veio do Departamento de Educação e não foi limitado. De 2014 a 2018, aqueles que receberam pagamentos da RIRB ou por outros acordos poderiam também solicitar apoio adicional do Caranua - um fundo especial para a saúde, habitação e apoio educacional que inclui tratamento dentário, cuidados domiciliários, aconselhamento e serviços psiquiátricos.¹³

O governo irlandês procurou acordos monetários com as ordens religiosas envolvidas que acabaram por concordar em pagar [128 milhões de euros, na sua maioria em propriedades](#), ao fundo de compensação em troca de indemnização contra todas as futuras ações legais contra elas. Tal levou a Comissão a abandonar a sua intenção de nomear os alegados abusadores, uma decisão fortemente criticada pelos sobreviventes. O pedido à RIRB também exigia que os sobreviventes cessassem qualquer processo civil próprio. Em 2009, na sequência da publicação do Relatório Ryan, as ordens religiosas concordaram em rever as suas contribuições, [oferecendo mais 350 milhões de euros](#), mas os *Christian Brothers* retiraram mais tarde a sua parte da oferta. Desde junho de 2019, as ordens religiosas [pagaram um total de 105 milhões de euros em propriedades](#), não atingindo sequer o objetivo do acordo de 2002.

Inquéritos específicos da Igreja

¹⁰ "Redressing historic abuse in New Zealand: a comparative critique", Stephen Winter, *Political Science*, 70:1, 2018, pp. 1-25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/eprint/U4FRyd65i6hKKS2E49ef/full>

¹¹ *Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice*, Suellen Murray, Bristol Policy Press, 2015, p. 104.

¹² "Redressing historic abuse in New Zealand: a comparative critique", Stephen Winter, *Political Science*, 70:1, 2018, pp. 1-25. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/eprint/U4FRyd65i6hKKS2E49ef/full>

¹³ *Supporting Adult Care-Leavers: International Good Practice*, Suellen Murray, Bristol Policy Press, 2015, p.105.

Embora a Comissão de Inquérito sobre o Abuso de Menores fosse uma tentativa a nível nacional de analisar o abuso de crianças em escolas industriais e outras instituições operadas por ordens da Igreja, foram também realizados três inquéritos de menor dimensão sobre o abuso de crianças, incluindo o abuso sexual, especificamente em dioceses católicas.

Em 2008, foi lançado um inquérito sobre as práticas de proteção de crianças na Diocese de Cloyne, depois de o Conselho Nacional Irlandês para a Salvaguarda das Crianças na Igreja Católica ter [criticado](#) o tratamento incorreto das queixas de abuso. O eventual Relatório *Cloyne*, publicado em 2011, reviu as alegações de abuso sexual de crianças pelo clero entre 1996 e princípios de 2009 relativas a 19 clérigos e revelou que a Diocese não tinha denunciado alegações de abuso de crianças e adolescentes à polícia [desde em 2005](#), em contração aos próprios procedimentos da Igreja. Foram realizadas descobertas semelhantes pelos anteriores inquéritos [Ferns](#) e [Murphy](#) sobre o tratamento de alegações de abuso sexual passado tanto por parte das autoridades eclesiásticas como estatais.

Apesar da gravidade dos crimes, muito poucos perpetradores foram condenados. De acordo com um relatório de 2011 da Amnistia Internacional da Irlanda, [nenhuma acusação criminal](#) foi apresentada contra os líderes da Igreja Católica que ocultavam crimes e permitiam que abusadores sexuais conhecidos continuassem a ter acesso a crianças e a abusar com quase impunidade.

Impacto

Denominada "[heroína irlandesa do século XXI](#)", Christine Buckley foi pioneira na campanha em defesa das necessidades dos sobreviventes e galvanizou o movimento que levou ao pedido de desculpas do Estado irlandês, a um inquérito público nacional e a um esquema de reparação para aqueles que tinham sofrido abusos nas mãos da Igreja. O antigo Ministro da Justiça irlandês, Alan Shatter [descreveu](#) o seu trabalho como "fundamental para mudar as perceções irlandesas sobre o abuso institucional e levou a uma nova era de proteção da criança neste Estado". Christine faleceu em 2014.

2019 marca 20 anos desde o pedido de desculpas do Estado e uma década desde o Relatório Ryan, mas o que significaram para o povo da Irlanda? A Comissão Ryan e outros inquéritos públicos conduziram a uma série de reformas legislativas que foram fundamentais para a revisão do sistema de proteção da criança no país. Estes incluem a criação do Departamento de Assuntos da Criança e da Juventude, em 2011, e da Agência da Criança e da Família, em 2014.¹⁴ Os inquéritos públicos também desempenharam um papel importante na obtenção de apoio para um referendo constitucional em 2012, que consagrou os direitos da criança na Constituição Irlandesa.¹⁵ A exigência de maior

¹⁴ "Remaking collective knowledge: An analysis of the complex and multiple effects of inquiries into historical institutional child abuse", Katie Wright, *Child Abuse & Neglect*, Volume 74, dezembro de 2017, pp. 10-22.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213417303198>

¹⁵ Ibid.

responsabilização também levou à introdução de relatórios obrigatórios para anular o "sigilo do confessor" na justiça penal (Retenção de Informação sobre Crimes Contra Crianças e Pessoas Vulneráveis) de 2012.¹⁶

O impacto na Igreja Católica também tem sido profundo. Desde que a extensão do abuso começou a chegar à atenção pública, a reputação da Igreja foi prejudicada, a sua autoridade desafiada e a sua relação historicamente próxima com o Estado comprometida. Coincidindo com uma menor frequência da Igreja, um recente ataque conservador a nível europeu aos direitos LGBT e de reprodução - particularmente em países de maioria católica - não conseguiu ganhar terreno forte na Irlanda. Acredita-se que a dramática mudança nas relações entre o Estado e a Igreja é [uma das razões pelas quais](#) o voto do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi aprovado em 2015 e o aborto foi legalizado em 2018.

No entanto, os desafios permanecem. O sistema de justiça penal irlandês não tem sido eficaz para remediar a experiência traumática do abuso sexual de crianças e muito poucos crimes foram apresentados aos tribunais.¹⁷ A implementação de práticas de proteção da criança nas ordens religiosas [continua a ser inconsistente](#), devido a uma cultura persistente de sigilo e à ausência de responsabilização.¹⁸ A [relutância da Igreja Católica](#) em proporcionar acesso permanente aos seus arquivos e em aumentar a sua contribuição financeira para os custos de investigação e reparação, são também questões problemáticas.

No entanto, as mudanças sociais e culturais têm sido imensas. Inquéritos sugerem que uma esmagadora maioria do povo irlandês sente um claro sentido de responsabilidade por esta parte obscura da história do seu país.¹⁹ Tal levou a uma atitude pública nacional de tolerância zero em relação ao abuso sexual de crianças, ao fim da culpabilização das vítimas e a que as autoridades levassem mais a sério as queixas de abuso.

¹⁶ "An Inconvenient Truth: Barriers to Truth Recovery in the Aftermath of Institutional Child Abuse in Ireland," Anne-Marie McAlinden, *Legal Studies*, 33(2), 2013, p. 25. Disponível em:

https://pureadmin.qub.ac.uk/ws/files/2583990/LEST_truth_article_final_PDF.pdf

¹⁷ "In Plain Sight: Responding to the Ferns, Ryan, Murphy and Cloyne Reports," Carole Holohan, Amnesty International Ireland, 2011, pp. 264-265. Disponível em:

https://www.atlanticphilanthropies.org/wp-content/uploads/2016/04/report_in_plain_sight.pdf

¹⁸ *Ibid.*, pp. 316-318.

¹⁹ *Ibid.*, p. 13.